



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS NO MERCADO MUNICIPAL DA CIDADE DE RIO MAIOR

PROGRAMA DA HASTA PÚBLICA

Artigo 1.º

Objeto

A presente hasta pública tem como objeto a concessão do direito de ocupação dos seguintes espaços comerciais no Mercado Municipal da Cidade Rio Maior:

- a) 1 Banca – talho (I13);
- b) 9 Bancas para venda de produtos indiferenciados (E1, G2, G3, E4, D5, F6, B14, F15 e F16);

Artigo 2.º

Hasta pública

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Mercado Municipal da Cidade de Rio Maior, o direito de ocupação dos espaços comerciais no Mercado Municipal, identificados no mapa e planta, anexos ao presente programa, é atribuído através de arrematação em hasta pública.

Artigo 3.º

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o Município de Rio Maior, sito na Praça da República, 2040-320 Rio Maior, com o número de telefone 243999300.

Artigo 4.º

Ato de arrematação

O ato de arrematação terá lugar no Edifício dos Paços do Concelho, perante comissão a nomear pela Câmara Municipal, constituída por três elementos a designar pela Câmara Municipal.

Artigo 5.º

Concorrentes



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Podem apresentar propostas pessoas singulares ou coletivas, que disponham de atividade económica e efetiva comprovada, relativa à atividade a que se candidata.

Artigo 6.º

Visitas ao local

Durante a fase de elaboração das propostas, os interessados poderão visitar os espaços objeto do presente concurso.

Artigo 7.º

Base de licitação

A base de licitação para cada um dos espaços comerciais, bem como os lanços mínimos, serão os seguintes:

ESPAÇOS A CONCESSIONAR	BASE DE LICITAÇÃO*	LANÇO MÍNIMO
1 Banca (talho)	€ 300	€ 25
9 Bancas para venda de produtos indiferenciados	€ 150	€ 25

*Acresce IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

Artigo 8.º

Proposta

1. As propostas, a elaborar de acordo com o **modelo anexo**, são encerradas em invólucro opaco e fechado, **uma por cada espaço a ocupar**, e podem ser entregues diretamente na Câmara Municipal de Rio Maior contra recibo, ou remetidas por correio, sob registo e com aviso de receção, para a morada constante no artigo 3.º, identificando no seu texto, sob pena de exclusão, o proponente e o espaço comercial a que respeita.
2. O invólucro mencionado no número anterior, por sua vez é encerrado num segundo subscrito dirigido ao presidente da comissão e endereçada ao serviço onde é realizada a praça com a menção **“PROPOSTA PARA A HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS NO MERCADO MUNICIPAL DE RIO MAIOR”**
3. A proposta deve ainda conter, sob pena de exclusão, os seguintes documentos:



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

- a) No caso de pessoas singulares, documento comprovativo do início da atividade emitido pela Autoridade Tributária;
 - b) No caso de pessoas coletivas, cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente.
4. Não são aceites propostas com um valor inferior ao preço base de licitação.
 5. A proposta deve ser assinada pelos concorrentes ou seus representantes legais, devidamente identificados e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar, independentemente da apresentação da proposta em subscrito fechado.

Artigo 9.º

Exclusão dos concorrentes

São excluídos os concorrentes cujas propostas sejam recebidas fora do prazo fixado, bem como os que não reúnam os requisitos mencionados no artigo anterior.

Artigo 10.º

Critério de adjudicação e regras do ato público

1. O espaço é adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, tiver oferecido o valor mais elevado ou, no caso de não haver licitação, ao concorrente que tiver apresentado o valor mais elevado por carta fechada.
2. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação a partir da proposta de valor mais elevado ou, se não existirem, a partir do valor base de licitação anunciado.
3. No caso de ser apresentado o mesmo número de interessados, para o mesmo espaço, a abertura será iniciada pelo número sequencial em ordem crescente do espaço.
4. Podem intervir na praça os interessados, ou os seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para o ato.
5. A licitação termina quando o lance mais elevado não tenha obtido cobertura, depois de anunciado, pelo menos, três vezes, pelo presidente da comissão.
6. Os atuais concessionários têm direito de preferência, em igualdade de circunstâncias, na nova concessão, que será exercido após a conclusão do procedimento de hasta pública.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Artigo 11.º

Pagamento do preço

1. No prazo de dois (dois) dias úteis a contar do dia da hasta pública, o adjudicatário provisório liquidará na Tesouraria da Câmara Municipal, 25% do valor da adjudicação.
2. O adjudicatário provisório deverá, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação provisória, apresentar:
 - a) Documento comprovativo de que se encontra em situação regularizada, perante o Estado em sede de impostos;
 - b) Documento comprovativo de que se encontra regularizada a situação contributiva à segurança social;
 - c) Comprovativo de seguro de responsabilidade civil com capital para cobertura mínima legal obrigatória;
 - d) Declaração de início de atividade, no caso de pessoa singular ou certidão permanente, no caso de pessoa coletiva,
3. A não apresentação dos documentos a que se refere o número anterior por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.
4. A prestação de falsas declarações ou a falsidade dos documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, perdendo para o município as quantias já entregues.
5. A falta de pagamento do valor referido no número anterior, determina a anulação da arrematação efetuada.
6. Verificadas as situações previstas nos números anteriores, ou quando por outra causa não haja lugar à adjudicação definitiva, o espaço pode ser adjudicado ao interessado que tenha apresentado a proposta ou lanço de que resultou o valor da arrematação imediatamente inferior.

Artigo 12.º

Licenças e taxas a liquidar

O exercício da atividade nos espaços do Mercado Municipal de Rio Maior, fica sujeito à obtenção das licenças que nos termos da legislação em vigor sejam necessárias, bem como ao pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas do Município de Rio Maior, nos termos do artigo 29.º do Regulamento do Mercado Municipal de Rio Maior, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Artigo 13.º

Outras obrigações dos concessionários

Para além das obrigações previstas no Regulamento do Mercado Municipal de Rio Maior, **é da exclusiva responsabilidade dos concessionários:**

- a) No caso da banca de talho, a contratação e o pagamento dos respetivos consumos de água e de energia elétrica;
- b) Nos restantes casos (bancas para venda de produtos indiferenciados), à contratação e ao pagamento do respetivo consumo de energia elétrica.

Artigo 14.º

Atribuição dos títulos de ocupação

1. A cada pessoa singular ou coletiva, **podem ser atribuídos até 3 (três) espaços** no Mercado Municipal.
2. A partir do momento em que sejam adjudicados três espaços, as restantes propostas apresentadas para o efeito pela mesma pessoa singular ou coletiva, são excluídas do ato de licitação.
3. A concessão, cujo prazo é de 3 (três) anos, é pessoal, onerosa e precária e apenas pode ser transmitida nos casos e termos previstos no Regulamento do Mercado Municipal da Cidade de Rio Maior.

Artigo 15.º

Adjudicação

1. A decisão de adjudicação definitiva cabe à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da adjudicação provisória.
2. O remanescente do valor em dívida deverá ser liquidado a pronto ou em prestações trimestrais, até máximo de quatro.
3. Em caso de pagamento em prestações o montante a liquidar será acrescido de juros à taxa legal aplicável ao pagamento de dívidas ao Estado.

Artigo 16.º

Não adjudicação

1. O Município de Rio Maior reserva-se no direito de não adjudicar os espaços objeto do presente concurso, devendo para o efeito fundamentar a decisão.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

2. Caso não se verifique a adjudicação, os concorrentes serão notificados da decisão e dos seus fundamentos.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente programa, observar-se-á o disposto nas disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente, as disposições do Regulamento do Mercado Municipal da Cidade de Rio Maior.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

MODELO DA PROPOSTA

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior

_____ (indicar nome do concorrente ou denominação social, número de identificação fiscal, domicílio ou sede, filiais ou associadas que interessem à execução do contrato, os nomes dos titulares dos corpos gerentes), depois de ter tomado inteiro conhecimento dos termos do programa da hasta pública para concessão do direito de ocupação de espaços comerciais no Mercado Municipal da cidade de Rio Maior, obriga-se ao seu cumprimento, oferecendo pela/o _____ (identificar o espaço, banca) o valor de € _____, _____ (.....por extenso), para o exercício da seguinte atividade _____ (as atividades permitidas no artigo 3.º do Regulamento do Mercado).

Data ____/____/____.

Assinatura
